

A MULHER NO UNIVERSO YANOMAMI

Carlos Alberto Marinho Cirino*

Pensando na ordem e na desordem como argumentos que distinguem as sociedades ditas tradicionais das sociedades modernas, numa concepção relativista da Antropologia, e pensando, ainda, na participação e condição da mulher nestas sociedades, sentimos a necessidade de refletir sobre a relação homem/mulher a partir da reflexão de algumas etnografias clássicas e tecendo considerações sobre a etnia Yanomami.

Os Yanomami ocupam uma área da floresta tropical na região da fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Estima-se uma população no Brasil em torno de 8.000 Yanomami, em Roraima cerca de 5.500. Algumas informações que registramos sobre o grupo podem parecer fragmentadas, mas prendem-se ao fato de tentarmos focalizar apenas a condição da mulher no universo cultural desta etnia.

O primeiro fato que apontamos é a prática do infanticídio. Como mecanismo de espaçamento dos nascimentos, a idéia da impossibilidade de uma outra amamentação antes de um filho completar 3 anos “justifica” esta prática como, também, o nascimento de uma criança do sexo feminino quando o pai expressou o desejo de uma criança homem. Quando do nascimento de gêmeos, o mais forte deve sobreviver, quase sempre o de sexo masculino. Nos primeiros anos de vida de uma criança, quando as chances de morrer são maiores, a atenção volta-se para a criação dos meninos. Outra questão que ressaltamos é inserção da mulher Yanomami nas atividades econômicas, fato que não garante nem respeito e nem prestígio.

Esses dados já nos conduzem a um questionamento. Por que a mulher é preterida desde o nascimento na sociedade Yanomami? Como podemos explicar esse fenômeno, relativizando? Vejamos o fenômeno em outros grupos.

* Professor da UFRR.

Lembrando Malinowski quando estudou o sistema de troca Kula, fenômeno dos nativos dos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia, estudo que o possibilitou transitar no universo simbólico e imaginário do mundo trobriandense, onde o Kula consegue perpassar todas as dimensões dos fenômenos sócio-culturais que regem o cotidiano do grupo, percebemos a exclusão da mulher. Para ingressar numa relação Kula é necessário ter um certo prestígio social que se eleva quando dela participante (1978:211). Se a atividade Kula é o eixo principal que organiza a vida trobriandesa e tanto exige como fornece prestígio social, a não participação da mulher é um testemunho da sua condição de excluída dentro do grupo, apesar dessa não ser a conclusão de Malinowski (1978:212).

“Como já disse no capítulo de descrição geral das tribos que praticam o Kula, a posição das mulheres de modo algum se caracteriza por opressão ou insignificância(...) o Kula, no entanto, é uma atividade dos homens.”

Uma outra questão que reforça nosso pressuposto é o imaginário que sedimenta as relações sociais dos trobriandeses. A mulher é sempre apontada como responsável pelo fracasso dos empreendimentos do marido. Se a canoa navega lentamente é na conduta da mulher que se explica tal acontecimento. Na verdade, a mulher trobriandesa é vítima de um processo permanente de vigilância, alvo de desconfiança no que concerne à sua conduta social.

Já Evans-Pritchard (1978:176) não ignora a exclusão da mulher quando estuda o fenômeno da bruxaria e feitiçaria na sociedade Azande. Ele é conclusivo ao afirmar tal exclusão.

Quando consideramos a que grau a vida social é regulada pelo oráculo de veneno, imediatamente avaliamos a grande vantagem que os homens têm sobre as mulheres por sua capacidade de usá-los e como a exclusão dos principais meios de estabelecer contato com as forças místicas que afetam tão profundamente o bem-estar humano degrada a posição da mulher na sociedade Azande.”

No imaginário Azande a menstruação, a genitália e as funções sexuais femininas são associadas a algo maligno e a mulher representa um perigo em si mesma, o que reforça o seu pressuposto.

A todo momento Evans-Pritchard chama a atenção para o fato, percebendo uma ansiedade das mulheres Azande em participar das associações, obter magia e segundo ele escapar do tédio do trabalho doméstico. Concluindo ele, a participação das mulheres em atividades

restritas aos homens seria uma ruptura revolucionária na cultura do grupo, levando em consideração que se trata de uma sociedade onde a segregação dos sexos era rigidamente mantida.

Godelier também reporta-se à exclusão da mulher quando estudava os indígenas da Nova Guiné (1978:126), especificamente os Baruya. Quando do processo de produção do sal, a participação da mulher consistia numa primeira fase da produção considerada de pouca importância, a coleta e a construção de abrigos para estocar a matéria-prima.

“Homens e mulheres participam das operações da primeira fase e, segundo a importância da tarefa, o trabalho é individual ou coletivo. Em compensação, a fabricação do sal é essencialmente um trabalho masculino cercado de rituais discretos e interdições sexuais que conjuram os riscos de poluição feminina.”

Segundo as regras de conduta do grupo, nos rituais mágicos não era permitido a presença das mulheres, como também a exigência da pureza de quem praticava a magia, elemento essencial na sua realização. Tal prática exigia a completa abstenção da relação sexual com suas esposas ou outras mulheres. Godelier entende que o sexo é uma ameaça permanente contra a ordem da natureza e da sociedade Baruya. E aqui a representação do ato sexual se configura na imagem da mulher, explicando, assim, a sua condição de excluída. É, segundo Godelier, através da representação que fazem do sexo que se sedimenta a relação onde homens dominam mulheres.

Voltando aos Yanomami, essa relação de domínio se expressa na forma de violência física, principalmente em caso de adultério. Clastres (1982:19) registrou esse fato.

“Quanto ao marido cornudo, recuperará sua mulher dentro de alguns dias, quando, cansada de fazer amor e de jejuar, regressará ao domicílio conjugal. Pode ter certeza de que então haverá uma boa surra. Os Yanomami nem sempre são ternos com suas esposas.”

Como vimos, há desigualdade na relação homem/mulher nas sociedades aqui focalizadas e que se expressam em diferentes níveis da vida cotidiana. Comparando-as, constatamos esse eixo comum no que diz respeito à condição de submissão e de exclusão da mulher. A questão que se coloca é saber como podemos repudiar tal situação na nossa sociedade se a toleramos, enquanto antropólogos, quando em respeito às especificidades de outros grupos sociais. A aparente

contradição seria resolvida diante da postura relativizante que parte do pressuposto de que há uma ordem nestas sociedades, diríamos pseudo-ordem, onde as condutas sociais estariam isentas de qualquer julgamento de valor. Tal recurso nos parece menos conflitante, o caminho mais fácil para resolver tal impasse.

Um outro caminho nos aponta Rouanet (1990:120), o método dialógico que permite um questionamento, uma argumentação diante das condutas sociais que ferem valores universalistas. Para Rouanet uma postura comunicativa abre perspectivas de mudanças co-determinadas pelos envolvidos em consideração a princípios éticos universais, posição contrária ao relativismo cultural cujos postulados não permitem que uma sociedade julgue outra. Essa perspectiva remonta a uma discussão epistemológica em torno da construção do próprio conhecimento antropológico. Marc Augé (1994:135) toma como objeto essa discussão.

“Dans les univers de reconnaissance on parle volontiers le langage du relativisme. Les expressions convenues du relativisme ordinaire (A chacun da vérité. Des goûts et des couleurs on ne discute pas. Tous les goûts sont la nature) sont tout le contraire d'un idéal de tolérance. Elles légitiment ceux qui les prononcent, excluent les autres et interdisent la discussion. Car le propre de ces univers est que, malgré leur fermeture, ils se pensent vraiment comme universaux et ne se reconnaissent pas les uns les autres”¹

Na verdade o que o relativismo vem propor é a reafirmação da disjunção sujeito e objeto na construção do conhecimento científico. Para Marc Augé (1994:130) o conhecimento antropológico exige que o homem se inclua, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto na sua tentativa de definição e conhecimento de si e do outro, considerando o relativismo como essencialmente defensivo e uma recusa de se reconhecer no outro.

“Concrètement, l'homme comme objet (et sujet) de connaissance ne peut être connu que sous deux modalités conjointes: celles du même et de

¹ No universo do conhecimento falamos voluntariamente a linguagem do relativismo. As expressões convencionadas do relativismo comum (a cada um a verdade. Os gostos e as cores não se discutem. Todos os gostos são naturais) são todas o contrário de um ideal de tolerância. Elas legitimam quem as pronunciam, excluem os outros e interditam a discussão. Pois, o sentido próprio deste universo é que, apesar do seu fechamento, eles se pensam como verdadeiros universalistas e não se reconhecem uns aos outros.

*l'autre, et le jeu de cette double modalité fait tout l'objet de l'anthropologie au-delà de la diversité de ses terrains empiriques."*²

Quando apontávamos aspectos da condição da mulher Yanomami na sua sociedade comparando-os com situações da mulher trobriandesa, Azande e Baruya, não sentimos necessidade de reportarmos a essa questão dentro da nossa sociedade, pois percebemos muito cedo que não estávamos falando do outro, mas de nós mesmos.

Bibliografia

AUGÉ, Marc. Les Sens des Autres. France: Fayard, 1994.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da Violência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIRONE, Alberto. O Crepúsculo do Povo Yanomami. CIDR: Roraima, 1988.

EVANS-PRITCHARD.E.E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODELIER, M. Antropologia. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção os Pensadores).

ROUANET, S. Ética e Antropologia. In: Revista Estudos Avançados. São Paulo, 1990. v. 4

² Concretamente, o homem como objeto (e sujeito) do conhecimento só pode ser conhecido mediante duas modalidades conjuntas: ele e a do outro, e este jogo de dupla modalidade faz todo o objeto da antropologia além da diversidade de seus terrenos empíricos.